

# Frota daria fila de 153km

O governo federal, compreendendo os ministérios civis, as autarquias e os órgãos federais autônomos, possui hoje em todo o país uma frota de 31.730 veículos, os quais, se postos em fila indiana, somariam 153 quilômetros — mais que a distância entre o Rio e Angra dos Reis (151km). O Rio de Janeiro, com 2.800 veículos, detém a maior frota oficial, vindo em seguida a Bahia, com 2.581; Pernambuco, com 2.122; São Paulo, com 1.990; Minas Gerais, com 1.957; e em sexto lugar Brasília que, apesar de ser a capital federal, tem apenas 1.915 veículos chapa branca. Os dados são da Subsecretaria de Transportes da extinta Secretaria de Administração Pública (Sedap), agora incorporada à Sepplan, que mensalmente controla por computador a frota de veículos da administração federal direta e autarquias.

Estão fora desse controle os veículos dos ministérios militares, da Presidência da República, das fundações, das empresas estatais, do Legislativo e do Judiciário. Não existe até agora um órgão central que controle esses setores, mas sabe-se que o número de veículos de alguns deles (excetuando-se os ministérios militares) chegam a ser maior, por exemplo, do que a frota de todas as autarquias federais.

**Legislação** - Na administração direta, segundo os técnicos da extinta Sedap, o controle do uso dos veículos é mais rígido, o que permitiu a redução nos últimos anos dos carros de representação, destinados aos cargos de chefia. Até novembro de 1985, havia 2.112 desses veículos, mas a extinção do direito de uso por parte dos funcionários com cargos de DAS-3, 4 e 5 reduziu a frota para 243, tornando-se o uso restrito aos

tanto com um técnico da Sepplan, ligado ao setor de transportes, nada impede que vez ou outra um chefe de repartição, sem direito a veículo, não use um para fins particulares.

Os responsáveis pelo controle dos veículos da administração direta não consideram difícil fiscalizar essa frota. Há a legislação que limita o uso desses veículos, e toda irregularidade é comunicada à autoridade do setor, explicou um técnico da Subsecretaria de Transportes, ao lembrar que uma servidora do Ministério da Previdência chegou a perder o cargo em 1986 porque, na euforia do Plano Cruzado, usou uma kombi do órgão para transportar caixas de cerveja para sua casa.

Outro técnico disse que, na administração direta, o controle é mais fácil, e acrescentou que os abusos maiores ocorrem no Legislativo e no Judiciário, que nem sequer têm legislação a respeito. Ele lembrou também a existência de muitos abusos na área do governo do Distrito Federal, não citados pela imprensa.